



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPPG

**CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU EM HISTÓRIAS E
CULTURAS AFRO BRASILEIRA, INDÍGENA E AFRICANA**

JANIELY MARIA MONTEIRO TEIXEIRA BESSA

**A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NAS
ESCOLAS MUNICIPAIS DE REDENÇÃO - CEARÁ**

REDENÇÃO - CE / 2014

JANIELY MARIA MONTEIRO TEIXEIRA BESSA

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE REDENÇÃO - CEARÁ

Monografia apresentada ao curso de Pós Graduação Lato Senso em Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Indígenas e Africanas na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de especialista – orientada pelo professor Dr. Lourenço Ocuni Cá.

REDENÇÃO - CEARÁ / 2014

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

B465i Bessa, Janiely Maria Monteiro Teixeira.

A implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas municipais de Redenção. / Janiely Maria Monteiro Teixeira Bessa. Redenção, 2014.

53 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Indígena e Africana da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá.
Incluem Referências, Apêndices.

1. África História 2. Cultura afro-brasileira. 3. Ensino Fundamental. I. Título.

CDD 960

JANIELY MARIA MONTEIRO TEIXEIRA BESSA

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NAS
ESCOLAS MUNICIPAIS DE REDENÇÃO- CEARÁ

Monografia apresentada ao curso de Pós Graduação Lato Senso em Histórias e Culturas Afro-Brasileiras, Indígenas e Africanas na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de especialista – orientada pelo professor Dr. Lourenço Ocuni Cá.

Data da aprovação: ____/____/____

Prof, Dr. Lourenço Ocuni Cá
(Orientador)

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Danila Fernandes Tavares

Prof. Dr. José Berto Neto

Dedico este trabalho a toda minha família e amigos, os quais me apoiaram durante esta caminhada de desafios e aprendizagens. Dedico a todos que acreditam que a educação ainda é capaz de mudar a sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que direciona minha vida e meus caminhos de aprendizagens.

A minha família e amigos que fizeram parte desta caminhada apoiando e incentivando em todos os momentos.

A todos alunos e alunas do Curso de Pós Graduação em História que foram pioneiros nesta semente rumo a uma educação sem exclusões.

A todos professores, coordenadores, funcionários da UNILAB que contribuíram direta ou indiretamente acreditando na oportunidade de proporcionar aos educadores de nosso município novas aprendizagens.

Agradeço a todos educadores, educandos e comunidade escolar que fizeram parte desta conquista através da construção do conhecimento e das ações desenvolvidas que traduziam sentimentos inexplicáveis de EDUCAÇÃO E RESPEITO.

Nós educadores, diariamente, temos a oportunidade de impactar a vida de cada aluno. Que a paixão em educar transborde em nossas ações para que leis não fiquem somente no papel mas estejam presente em nossas aulas e principalmente em nossas atitudes.

Janiely Bessa

RESUMO

Este estudo se dedicou a identificar no âmbito de duas escolas municipais de Ensino Fundamental em Redenção, Ceará, a implementação de uma abordagem inicial contemplando aspectos da história e da cultura afro-brasileira. Apresenta também referências didático pedagógicas alicerçadas na Lei 10.639/2003 que obriga o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira subsidiando assim o Ensino Fundamental. Para isso, realizamos um conhecimento mais detalhado sobre a disciplina de História, as bases legais que englobam a temática e o incentivo a novas metodologias para se trabalhar o respeito pelas diferenças em sala de aula, com o objetivo de mostrar a importância de se conhecer a cultura afro-brasileira assim ampliando conhecimentos, construindo identidades e fortalecendo valores culturais de nossa cidade que também é fonte histórica nesta trajetória de luta por liberdade. As escolas referidas são de Ensino Fundamental, localizadas no centro do município de Redenção, apenas sendo diferenciadas pois uma atende alunos de 1ª a 5ª série do Ensino Fundamental e a outra atende alunos da 6ª a 9ª série do Ensino Fundamental. A partir deste trabalho foi possível concluir que as escolas têm papel importante na mobilização da comunidade incentivando o respeito às diferenças.

Palavras-Chave: Lei 10.639/2003 – História – Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This study was devoted to identifying within two public elementary schools in Redemption , Ceará , the implementation of an initial approach to addressing issues of history and african - Brazilian culture , also presents pedagogical didactic references grounded in law that compels 10.639/2003 the teaching of history and Afro-Brazilian Culture thus subsidizing primary education . For this broader knowledge about the discipline of history was conducted , the legal bases that encompass the theme and encourage new methodologies to work for respect for differences in the classroom , in order to show the importance of understanding the culture african - Brazilian thus expanding knowledge , constructing identities and strengthening cultural values of our city which is also historical source on this path of struggle for freedom . Schools are referred Elementary School , located in the center of the municipality of Redemption , just being different because one serves students from 1st to 5th grade elementary school and the other serves students from 6th to 9th grade student . From this work it was concluded that schools have an important role in mobilizing the community to foster respect for differences .

Keywords : Law 10.639/2003 - History - Elementary Education .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1.BASES LEGAIS: CONHECENDO A LEGISLAÇÃO.....	15
2. HISTÓRIA: CONHECER PARA ENSINAR.	18
2.1. Por que ensinar História.....	18
2.2. A História de nossa Cidade.....	20
2.2.1. Histórico de Redenção.....	20
3.APLICANDO A LEI 10.639/2003 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.....	22
3.1. Projetos Municipais.....	23
3.1.1. Projeto As Cores de Redenção.....	23
3.1.2. Projeto Rosal da Liberdade.....	25
3.2 Projetos Escolas Municipais.....	25
3.2.1 Auto retrato.....	25
3.2.2.Projeto Africanidade e Literatura.....	26
3.2.3. I EXPOART.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS	
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

A escolha deste tema deve-se à relevância do estudo da história e o conhecimento mais específico desta disciplina para a implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas municipais de Redenção, Ceará. Enquanto gestora municipal no ano de 2011 fui desafiada a participar da seleção de um curso de Pós Graduação em Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Indígena e Africana na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) que estava em fase de implantação inicial em nosso município. Mesmo graduada na área de Ciências da Natureza e Matemática percebi que o gestor escolar precisa ter conhecimentos multidisciplinares para atuar administrativa e pedagogicamente no ambiente escolar. Assim iniciamos estudos nesta área ainda desconhecida, mas o que nos chamou atenção foi que mesmo os professores de história das duas escolas nas quais desenvolvemos este projeto sabiam da existência da Lei 10.639/2003 mas, não a exerciam na prática. Juntos caminhamos na construção de uma base de conhecimentos teóricos, legais e práticos que deram força a projetos desenvolvidos nas duas escolas municipais envolvendo mais de 1.200 alunos do Ensino Fundamental da 1ª a 9ª série, Educação de Jovens e Adultos e Atendimento Educacional Especializado, contribuindo assim positivamente na reflexão da diversidade cultural e no fortalecimento de nossa identidade que tem fortes raízes de liberdade e inclusão.

A cultura afro-brasileira faz parte da nossa identidade, enquanto brasileiros e redencionistas, em meio a realização das ações de nosso projeto percebíamos que nossos educandos não eram conhecedores de nossas raízes históricas que diretamente estão fortemente ligadas a esta cultura. O objetivo deste trabalho foi fortalecer o estudo da disciplina de história por gestores e educadores municipais para que assim a aplicabilidade da Lei que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira seja construído e transformado em aprendizagem aplicadas a novas metodologias, seja em sala de aula, nos pátios das escolas, nos ginásios,

praças e em todos espaços onde a educação seja alicerce na construção de uma sociedade sem exclusões.

Nosso país teve como alicerce na formação de seu povo diversas culturas formando assim um Brasil multicultural onde as diversidades estiveram e estão presentes em cada canto desta terra tão rica em pensamentos, conhecimentos, estilos de vida e formas de ver a sociedade. Nas palavras de Santos (1987, p. 16):

É importante considerar a diversidade cultural interna À nossa sociedade; isso é de fato essencial para compreendermos melhor o país em que vivemos. Mesmo porque essa diversidade não é só feita de ideias; ela está também relacionada com as maneiras de atuar na vida social, é um elemento que faz parte das relações sociais no país. A diversidade também se constitui de maneiras diferentes de viver, cujas razões podem ser estudadas, contribuindo dessa forma para eliminar preconceitos e perseguições de que são vítimas grupos e categorias de pessoas.

Neste sentido, enquanto educadores, somos desafiados diariamente a sermos atores nesta construção da diversidade que preenche nossos ambientes educacionais de maneira que o respeito seja parte da identidade de cada educador e assim cada um transmita esses valores a comunidade na qual a escola está inserida.

A história da abolição da escravidão em nosso país, se espelha na história da liberdade em nosso estado e de nossa cidade, que foi a primeira cidade do Brasil a libertar seus escravos em 1883 reforçando assim nossa importante responsabilidade enquanto educadores e descendentes desta geração libertadora.

Em nosso país existem relatos que em 1951 foi reconhecida a existência de discriminação étnico racial, por meio da Lei Afonso Arinos, 1.390/51, que defendia a igualdade de tratamentos e direitos comuns independente da cor da pele. A partir desta, toda instituição de ensino ou estabelecimento comercial que negasse seus serviços a outra pessoa, motivado pela cor da pele, estaria sujeito a pena de três meses a um ano de reclusão, além de pagar uma multa. Décadas depois foi promulgada a Constituição Federal de 1988, mais de cem anos após o fim da escravidão, transformando em crime a prática deste preconceito, diz no seu artigo 5 que “ todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,

garantindo-se (...) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.Mais diretamente no inciso VI, o qual defende a inviolabilidade das manifestações culturais trazendo assim grande avanço na aceitação das manifestações culturais afro-brasileiras.(BRASIL, CF,1988)

No âmbito educacional e com o objetivo de proporcionar o conhecimento e o respeito a cultura afro-brasileira aos educandos, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), lei 9.394/96, ressalta que a história da África, suas culturas e contribuições a nossa sociedade deve ser incluída no currículo escolar. Nesta trajetória promulgamos a Lei 10.639, em 9 de Janeiro de 2003 que modifica a LDB de 1996 incluindo nos currículos, das instituições de ensino básico, a obrigatoriedade do estudo da História e da cultura afro-brasileira, explicitando assim, os nossos estudos e proporcionando a inclusão em nossas escolas. Finalizando em 2008, com o surgimento da lei 11.645 que complementa a lei anterior incluindo a questão indígena.

Estudar história e a implementação da Lei 10.639/2003 é se reportar ao passado, aprender no presente e vislumbrar um futuro em que nossa identidade e atitudes respeitem as diferenças. Neste trabalho descrevemos a implementação da referida lei, mas acima de tudo, relatamos um pouco desta importante trajetória de conhecimento e respeito ao outro, contribuindo para o resgate e o fortalecimento de nossa própria história interligada à história de nosso município que no momento presenciava a chegada de uma Universidade que trazia alunos de diferentes países com costumes e culturas diversos sendo preciso conhecer para fortalecer nossas raízes.

Sabendo do importante papel da escola nesse elo entre o fortalecimento de nossa identidade e o respeito às novas culturas num cenário educacional privilegiado e em crescimento em que todos são diferentes mas todos estão a busca de um mesmo propósito.

A metodologia utilizada neste trabalho foi uma Análise Documental de Leis, Projetos, Artigos Científicos e Livros que fortaleceram a construção do trabalho e o material pedagógico preparado para a formação dos professores nos momentos de estudo mensais sobre a temática.

No seu primeiro capítulo abordamos as Bases Legais que sustentam a Lei 10.639/2003 toda sua evolução desde a Constituição Federal até a Lei permeando trajetórias e conquistas no âmbito educacional.

No segundo capítulo aprofundamos os questionamentos sobre a disciplina de História e a história de nossa cidade onde fortalecemos nossas raízes históricas e nossa identidade cultural.

No terceiro capítulo, o trabalho ressalta a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 nas escolas municipais de Redenção, relatando projetos e atividades desenvolvidos nas escolas proporcionando um novo olhar através de novas metodologias foram aplicadas. Para tanto comentamos três ações didáticas que aconteceram nas escolas de ensino fundamental Dr. Edmilson Barros de Oliveira e Professora Maria Augusta Russo.

Neste sentido, o trabalho ressalta uma trajetória de conhecimentos e aplicabilidade da Lei nas escolas municipais de Redenção onde favoreceu reflexões, práticas e acima de tudo, uma retomada de identidade e até mesmo de nossa própria história.

1. BASES LEGAIS : CONHECENDO A LEGISLAÇÃO

No contexto inicial do trabalho identificamos que precisávamos conhecer a legislação educacional que tratava de temas de História e Cultura Afro para assim estarmos preparados teoricamente para ampliar nossos conceitos e preparar novas abordagens para nossos alunos.

Iniciamos nossos estudos através da Constituição Federal de 1988 que já contempla a questão dos afro-descendentes no Brasil em alguns dos seus Artigos. Por exemplo, quando afirma no Artigo 206 que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.(BRASIL, CF, 1988)

Assim, percebemos que todos têm direito a educação, não importando a etnia, crença, classe social entre outros, como reafirma em seu Artigo 210 em que fica explícito que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”, assim, os conteúdos deverão conter informações básicas que disponibilize ao educando noções da história, cultura, artes e outras questões encontradas em cada canto do nosso país.

No âmbito educacional, em 20 de dezembro de 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9.394 a qual traçava os princípios norteadores para a educação no Brasil, regulando os currículos escolares a possuírem uma base nacional comum, complementada por uma base diversificada que atenda às exigências de cada região.

Expressada no artigo 26, no parágrafo 4º:

§ 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.(BRASIL,LDB,1996)

Mediante esta nova abordagem da LDB se fez necessário uma orientação didática mais específica, assim foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), em 1997, que foram distribuídos em dez volumes. Nesta temática o décimo livro contava com o tema da pluralidade cultural, que tratava a temática como tema transversal propondo uma articulação dos conteúdos com a realidade em cada região do país.(PCNS, 1997)

Também, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/ 90, no artigo 58 existe um texto que defende o respeito aos “valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura”.(ECA,1990)

Em 9 de janeiro de 2003, esta temática ganha um importante avanço, graças a uma inovação da LDB na Lei de nº 10.639, que designa às instituições educacionais uma adequação dos conteúdos programáticos para a inserção do estudos da África e dos africanos de modo a resgatar todas as contribuições do negro e sua cultura na História do Brasil.

Assim determina a lei 10.639/2003:

(...) altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’” e dá outras providências. (SECAD, 2006)

Dentre os quais também podemos destacar, no artigo 26 diz que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. O parágrafo 1º discorre que “O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil”, no parágrafo 2º conclui que “Os conteúdos referentes à História e Cultura

Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”. Também insere no calendário letivo, o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Em 10 de março de 2004 foi aprovado o Parecer CNE/CP 003/2004, pelo Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de acatar as finalidades contidas na Indicação CNE/CP 6/2002, ao mesmo tempo em que regulamenta e reforça a alteração trazida à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através da Lei 10.639/2003. Neste mesmo ano são estabelecidas as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, por meio da Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, visando instituir tais diretrizes. No Art. 2 desta Resolução vê-se que estas Diretrizes trazem:

(...) orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas (..) (CNE\CP, 2002)

Assim, os estabelecimentos de ensino teriam autonomia para cumprir a lei, reformulando seus projetos pedagógicos com a colaboração da comunidade escolar, não só com a participação da população negra, mas de todos que devem colaborar com a construção de uma nação democrática. Cabe destacar os princípios explicitados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como norteadores das ações dos sistemas de ensino, dos estabelecimentos e dos professores. Destacados pelas seguintes temáticas: Consciência Política e Histórica da Diversidade, Fortalecimento de Identidade e de Direitos e Ações Educativas de Combate ao Racismo e as Discriminações.

Baseados em um respaldo legal, foi possível ampliar e garantir as possibilidades de se trabalhar em sala de aula, especialmente com as crianças, as questões referentes à nossa diversidade.

2 HISTÓRIA: CONHECER PARA ENSINAR

Enquanto gestora senti a necessidade de que todos tivessem conhecimento sobre a disciplina de História para que assim não só os educadores de História, mas TODOS, estivessem focados num mesmo propósito e como sensibilizar os alunos e a comunidade nesta causa se nós professores não conhecíamos sobre o assunto? A maior parte dos currículos e materiais pedagógicos não favoreciam a reflexão e ensinar História era uma mera repetição de nomes, datas e fatos que nem mesmo sabíamos verdadeiros ou não. Lembrávamos de nossos antigos professores que marcavam a página da abertura do livro, mandavam que elaborássemos um questionário de vinte questões e indicavam que a resposta estava na página tal do início do parágrafo até onde estava o ponto final.

Então após conhecer a legislação educacional que assegurava este ensino, esse era nosso primeiro desafio: conhecer História e refletir uma maneira dinâmica e inovadora de construir o conhecimento com nossos alunos e então por que não começar por nossa cidade? Resgatar a história de nossa cidade se faz necessário mediante o cenário educacional ao qual estamos inseridos, neste sentido, procuramos, conhecer e entender não só a História como disciplina mas a nossa própria história.

2.1. POR QUE ENSINAR HISTÓRIA ?

Ensinar História deixou de ser a memorização de datas e nomes. A disciplina passou a oferecer ao aluno a possibilidade de construir conhecimentos a partir de experiências alicerçadas as capacidades de observação, reflexão, e análise diante da realidade social. O ensino de História deve contribuir para a formação de educandos para que se tornem cidadãos conscientes e preocupados em resgatar e respeitar seu patrimônio histórico fortalecendo sua identidade.

Baseando-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais refletimos sobre alguns objetivos gerais do ensino de História pra o Ensino Fundamental:

- Comparar acontecimentos no tempo, tendo como referência anterioridade, posterioridade e simultaneidade;
- Estabelecer relações entre o presente e o passado;
- Identificar alguns documentos históricos e fontes de informações discernindo algumas de suas funções;
- Reconhecer algumas semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais, de dimensão cotidiana, existentes no grupo de convívio escolar e na sua localidade.

Neste contexto de sensibilizar educadores e iniciar estudando para que pudéssemos ensinar foi que o projeto foi tomando forma e assim com a contribuição de todos envolvidos pudemos levar até o chão da sala de aula as primeiras ações de resgate de nossa história para que pudéssemos conhecer novas histórias e assim conhecer novas culturas e aprender a conviver com estudantes vindo de outros países. E reforçando as atividades iniciais os alunos puderam expressar através de desenhos sua árvore de vida contando a sua história genética e entendendo também as diferenças de cada colega que não vivia num padrão familiar ditado pela sociedade, nestes primeiros desenhos dos alunos pedimos que eles retratassem como eles viam nossa cidade e assim perceber conceitos que os alunos já traziam para que assim tivéssemos uma sondagem inicial e assim saber o que eles percebiam de sua cidade e o que lhes faltava conhecer.

Reforçando a relação com os conhecimentos prévios que os alunos já trazem consigo, podemos destacar :

Antes mesmo da intervenção educativa, as crianças têm ideias prévias sobre quase todos os temas que a escola aborda. O educador precisa conhecê-las para não ensinar o que elas sabem e não fazer propostas além do que são capazes de compreender. É importante ter em mente que o seu papel é ajudar a construir ideias mais profundas e próximas dos objetivos escolares. (OLIVEIRA, 2008.p.98)

Assim os alunos são partes da história, onde o professor promove a formação desses sujeitos históricos partindo do presente como ponto de partida e resgatando o passado como construção da identidade.

2.2. A HISTÓRIA DE NOSSA CIDADE

Durante o desenvolvimento do projeto iniciamos com reflexões sobre a importância da História e como ela faz parte de nossa vida, passeamos pela história de nossa cidade pois como relatar a quem nos perguntasse se nós mesmos não conhecíamos. Nossos alunos foram levados a visitas a museus, senzalas, prédios históricos e entrevistas a pessoas importantes de nossa cidade que relatavam fatos históricos que marcaram o início de nossa cidade. Era fascinante perceber no semblante das crianças novas descobertas sobre até mesmo a história de pessoas de sua família que nem eles mesmo sabiam. Como descreve a aluna Maria das Graças, da 4ª série A:

Vimos no rio Pacoti uma estrada onde os negros passavam todos os dias para trabalhar, quando cheguei em casa fui contar ao meu avô e então descobri que alguns antepassados de minha família fizeram parte desta história como trabalhadores dentro da casa grande do senhor de engenho.

2.2.1. HISTÓRICO DE REDENÇÃO

A região do sopé do Maciço de Baturité e ao redor das margens dos Rios Acarape e Pacoti, habitada por diversas etnias como os Potyguara, Jenipapo, Kanyndé, Choró e Quesito, recebeu a partir do século XVII diversas expedições militares e religiosas.

Com a implementação da pecuária no Ceará no século XVII, as terras de Redenção também foram beneficiadas com a agricultura da cana-de-açúcar. A partir do século XIX, os engenhos de Redenção passaram a utilizar a mão de obra de escravos africanos. Desta forma senzalas e pelourinhos vieram a fazer parte da paisagem urbana. O povoado que deu origem à vila foi um distrito policial criado em 1842, mais tarde, em 1868, desmembrado de Baturité com o nome de Acarape. (BARBOSA,2011).

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Acarape, deve sua criação à lei provincial nº 1.242, de 5 de dezembro de 1868, instituída canonicamente por Provisão de 24 de agosto de 1869. No mesmo dia da criação do município era assinada uma lei autorizando o Presidente da Província a despendar, anualmente, a

importância de quinze mil réis com a libertação de escravos de preferência do sexo feminino. O fato parece ter influenciado no ânimo da população, que começou a se manifestar em favor da abolição da escravatura. (MUSEU DA LIBERDADE,2010)

Em 8 de dezembro de 1882, surgiu a Sociedade Redentora Acarapense composta de abolicionistas fervorosos e dirigida por Gil Ferreira Gomes de Farias (presidente), Antônio da Silva Ramos (procurador), R. A. Gomes Carneiro (2º secretário), Henrique Pinheiro Teixeira (1º secretário), Padre Luís Bezerra da Rocha (tesoureiro) e Deocleciano de Menezes(delegado).Decorridos apenas 23 dias da criação desta Sociedade, o Acarape lançou no Ceará, no dia 1º de janeiro de 1883 a campanha da Redenção, com protesto solene à existência senzala, bradando para todo o Brasil: *Nesta terra não há mais escravos*, um gesto pioneiro, heróico e entusiasta, que lhe valeu a consagração nacional e a admiração do povo brasileiro, expressas no designativo com que então a cidade foi batizada: Rosal da Liberdade.

O museu faz parte do centro cultural que também abriga biblioteca pública e ilha digital, tem, em seu acervo, documentos históricos e raros como livros de compra e venda de escravos, objetos ligados aos escravos – inclusive instrumentos de tortura – peças de antigos engenhos, mobília, objetos sacros, entre outros.

Em data de 23 de janeiro, a ata de sessão da Câmara registra a solidariedade dos vereadores e a proposta e aprovação de telegrama dirigido pela Comuna ao Imperador D. Pedro II, comunicando-lhe a extinção da Escravatura no município de Acarape. Pela Lei provincial de 17 de agosto de 1889, o nome do município foi alterado, de Acarape para Redenção.(MUSEU DA LIBERDADE,2010)

O Distrito foi criado com a denominação de Acarape por ato provincial de 1803-1842 e por lei provincial ou Resolução provincial nº 1242, de 05-12-1968.Elevado à categoria de vila com a denominação de Acarape pela lei provincial nº 1255, de 28-12-1968, desmembrado de Baturité. Sede no núcleo de Acarape. Instalado em 21-08-1871. Elevado à condição de cidade com a denominação de Redenção pela lei provincial nº 2167, de 17-08-1889. Em divisão territorial datada de 17 de janeiro de 1991, ficou estabelecido que o município é constituído de 4 distritos: Redenção, Antônio Diogo, Guassi e São Geraldo.

Atualmente, Redenção tem crescido a passos largos, com uma população de mais de 26.000 habitantes (Censo 2010), onde sua marca de cidade da Liberdade

trouxo como prioridade a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) ampliando o cenário educacional do município e trazendo novamente o olhar do país a esta pequena mas promissora cidade.

3. APLICANDO A LEI 10.639/2003 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE REDENÇÃO

Mediante o estudo das bases legais, o conhecimento da disciplina de história e um passeio pelo fortalecimento de nossa identidade através do conhecimento da história de nosso município estamos aptos a começar a erguer as paredes da implementação da lei após um alicerce bem feito. Neste trabalho realizamos estudos semanais com os educadores conhecendo a legislação e planejando ações que favorecessem o ensino de História, nestes momentos de aprendizagens planejávamos as ações que iríamos colocar em prática tudo o que até o momento tínhamos aprendido na teoria.

Sabendo que a escola é um ambiente onde a diversidade está presente e muitos que fazem parte dela sofrem alguma discriminação de qualquer tipo, compreendemos que era prioridade capacitar estes atores através de projetos onde eles pudessem compreender a si mesmo e aos outros, respeitando as diferenças assim tornando-se cidadãos construtores de uma sociedade diversa mas igualitária.

A educação deve, pois procurar tornar o indivíduo mais consciente de suas raízes, a fim de dispor de referências que lhe permitam situar-se no mundo, e deve ensinar-lhe o respeito pelas outras culturas(...) O conhecimento das outras culturas torna-nos, pois, conscientes de um patrimônio comum ao conjunto da humanidade (DELORS, 2003,P.48)

Trazemos para nossas escolas tendo como referência os estudos realizados, aulas e projetos que favoreceram a implementação da lei não só nos papéis de

planos de aula mas nas ações diárias dos educadores possibilitando as crianças a vivência num ambiente diversificado mas baseado no respeito a si mesmo e ao outro. Lembrando que o cumprimento da lei é de responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula assim sendo necessário um compromisso de todos que fazem a educação.

3.1 Projetos Municipais:

3.1.1. As Cores de Redenção

Neste cenário de implementação da Lei 10.639, em nosso município foi implementado o Projeto as Cores de Redenção (2009-2012) onde os coordenadores de escolas municipais e professores passaram por formações específicas do ensino da História vivenciando alternativas de trabalho pedagógico para tratar a temática com autonomia e respeito as diferenças do outro. O projeto contava com a participação de todos professores de História do município de Redenção que lecionavam nas escolas de ensino fundamental da 6ª a 9ª séries.

Em pesquisa no blog da secretaria de educação de Redenção, na gestão 2009 a 2012 encontramos os seguintes relatos do Projeto: A Secretaria da Educação do Município de Redenção através do seu Departamento de Ensino implantou em março de 2009 o *Projeto as Cores de Redenção* com o objetivo de fortalecer a proposta de implantação da UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro - Brasileira em Redenção e implementar a Lei 10639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura da África e dos Africanos, bem como, a Educação das Relações Étnico – Raciais no currículo escolar básico das escolas públicas e privadas brasileiras. Neste documento o Departamento de Ensino sintetiza através de um breve relato as ações planejadas e executadas no decorrer do anos de 2009 a 2012.

A ação inicial e estrategicamente delineada foi a formação continuada para os professores de História e os coordenadores Pedagógicos da Rede Básica de Ensino. A referida ação proporcionou aos professores um novo olhar para o contexto

histórico alicerçado na memória de Redenção ter sido o primeiro município brasileiro a libertar seus escravizados e foi fortalecido no entendimento do processo histórico de luta e resistência negra antes, durante, após a libertação e que continua até os dias atuais. Destaca-se também no ano de 2009 a realização do Concurso Municipal de Desenho, Cartaz, Redação e Apresentação Cultural e o I Seminário “Consciência Negra, Desafios e Conquistas de Redenção na Perspectiva da UNILAB”.

No ano de 2010, as ações tiveram continuidade com foco na comunidade educativa, mas com a pretensão de ultrapassar os muros das escolas e desta forma alcançar a comunidade local. Em cada escola municipal realizou ao longo do primeiro semestre de forma exitosa uma palestra para os estudantes e pais com a abordagem de diversos temas e dentre eles a Lei 10639/2003, a Etnia Brasileira, Homens e Mulheres negros e as relações étnico raciais. Por ocasião das festividades do dia da consciência negra (20 de novembro) ocorreu em cada escola municipal uma belíssima exposição de telas produzidas pelos estudantes. Esta ação teve como objetivo principal a socialização das experiências vivenciadas pelas comunidades no processo de execução do projeto e culminou com a realização do II Seminário “Consciência Negra, Desafios e Conquistas de Redenção com a Implantação da UNILAB”.

A implantação do Projeto As Cores de Redenção abriu horizontes, acalorou debates e possibilitou mudança de posturas pelos envolvidos dentro do contexto social e histórico. Foi oportunizada às comunidades educativas através de uma ação participativa uma vivência única e singular para construção e socialização de conhecimentos neste novo contexto histórico e de muitas expectativas com a instalação da Universidade em Redenção. Este projeto recebeu o Selo de Educação para Igualdade Racial, sendo reconhecido nacionalmente como referência em Igualdade Racial, em Brasília, através do Ministério da Educação, pela Seppir, referente aos anos de 2009 e 2010.

Cabe ressaltar que o Curso de Pós Graduação em Histórias e Culturas Afro Brasileiras, Indígena e Africana que hoje concluímos foi parte deste projeto onde possibilitou mais de 40 educadores municipais o estudo mais aprofundado desta temática e abordagem significativa em cada escola que recebeu os projetos de

pesquisa e os trabalhos que foram apresentados na conclusão deste curso. No final do projeto As Cores de Redenção aconteceu uma grande culminância que retratou através de apresentações artísticas e culturais todos os trabalhos realizados em cada escola.

3.1.2. Projeto Rosal da Liberdade

Atualmente o projeto As Cores de Redenção foi modificado para Projeto Rosal da Liberdade (2013-2016) devido a mudança de gestores municipais, mas o contexto continua o mesmo com formação de professores, estudo sobre temática e apresentações mensais em cada escola onde são trabalhados. A Secretaria Municipal de Educação desenvolve mensalmente formações aos professores de História do Ensino Fundamental II possibilitando o estudo de livros e artigos relacionados a temática da aplicabilidade da Lei 10.639, resultando em exposições nas escolas sobre o tema e com a socialização de trabalhos produzidos pelos alunos.

3.2 Projetos Escolas Municipais

Para romper velhos paradigmas que ainda existiam mesmo após termos realizados vários estudos e sermos conhecedores dos direitos de cada cidadão no que diz respeito as leis já ressaltadas seriam necessárias ações didático-pedagógicas que valorizassem o respeito a si e ao outro.

No âmbito escolar realizamos várias ações (2009-2012) que envolveram mais de 1.200 alunos, educadores e comunidade das Escolas Municipais Dr. Edmilson Barros de Oliveira e Professora Maria Augusta Russo, com turmas da 1ª a 9ª séries do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Atendimento Educacional Especializado.

3.2.1 Auto retrato

Na referida atividade tínhamos o objetivo que cada aluno da 1ª série do ensino fundamental desenhasse a si depois de se observar em um espelho posto em sala de aula diagnosticando assim qual nível de imagem corporal cada aluno tinha de si.

A imagem que as crianças negras têm de si próprias ainda é muito ruim. Nossas crianças, nosso povo em geral, têm que ver a sua imagem em todos os lugares, na Televisão, na mídia, nas estatísticas, nos postos de trabalho, nos livros didáticos, nas revistas de moda, no cinema, na política, no Congresso Nacional, nos lugares de decisão da Nação, dos Estados e Municípios, nas igrejas, enfim, em todos os lugares. Precisamos de referências nos diversos segmentos da sociedade. (SILVA, 1998, P.35)

Durante a realização da atividade percebemos que várias crianças se auto retrataram com características bem diferentes, até mesmo as comparadas a personagens de histórias infantis ou artistas famosos. Assim seria nosso ponto de partida, trabalhar a construção da identidade destas crianças que nem mesmo elas próprias sabiam quem eram pois como ser aceitas pelos colegas com suas diferenças se elas mesmas não se aceitavam?

Trabalhamos assim vários conceitos como: Quem sou eu ?, Árvore Familiar, História do nome e Mini memorial de cada aluno. Quando trazemos para a sala de aula as temáticas de diversidade cultural orientamos a criança a ideia que ela vive num ambiente diversificado, tanto física como culturalmente, seja na escola, na família ou na sociedade. Esta atividade de auto retrato nos mostrou a dimensão que precisaríamos atingir não só com nosso aluno mas através de nossas ações que chegariam a cada família.

3.2.2. Projeto: Africanidade e Literatura

Trabalhamos nesta atividade com os alunos da 2ª série do ensino fundamental a história infantil da Menina Bonita dos Laços de Fita, de Ana Maria Machado, onde realizamos em primeiro momento a leitura em sala de aula, depois

cada aluno fez a contação da história através de suas percepções mediante as ilustrações do livro e finalmente ensaiamos a apresentamos no pátio da escola para todos alunos com cenário, narrador, alunos caracterizados e participação de algumas mães de alunos. Através da literatura as crianças são estimuladas a vários conhecimentos e percepções transmitidas através da linguagem e da imagens.

Com os alunos da 3ª, 4ª e 5ª séries do ensino fundamental realizamos pesquisas sobre a cultura da África onde retrataram através de desfiles de penteados africanos, símbolos africanos, comidas típicas, grandes personalidades e realizamos uma roda de conversa com alunos da UNILAB que recentemente haviam chegado de países africanos para morar em nossa cidade com o objetivo de estudar.

3.2.3. I EXPOART – Feira de Exposições Artísticas e Culturais de Redenção

Nesta atividade tínhamos o objetivo de resgatar a história de nossa cidade reforçando assim a identidade de cada aluno e de cada pessoa que vivenciou a exposição. Trabalhamos o resgate as raízes de nossa cidade Redenção, abordando aspectos históricos, culturais e artísticos. Os alunos puderam preparar salas temáticas que traziam desde o período da escravidão até os nossos dias ressaltando pontos turísticos, personalidades históricas redencionistas. Os alunos foram até os museus da cidade, antigas senzalas aprender e vivenciar um pouco de nossa história e representaram numa exposição de desenhos os principais pontos turísticos de nossa cidade.

Recebemos a visita de toda comunidade escolar, das escolas estaduais, autoridades municipais e de alunos da UNILAB.

Sendo assim um retrato de nossas e de como a cultura trazida pelos africanos influenciou nossa identidade positivamente, como ressaltam também Munanga:

Se a pessoa acumula na sua memória as referências positivas de um povo, é natural que venha a tona o sentimento de pertencimento como reforço à sua identidade racial. O contrário é fácil de acontecer, se se alimenta um memória pouco construtiva para sua humanidade. (MUNANGA, 2005, p.120)

Todas estas ações (com fotos em anexo) ocorreram com a colaboração de todos que fazem a escola e assim vivenciamos nossa história, resgatamos nossas raízes e construímos valores que até então estavam esquecidos em nossas memórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar de redenção, não apenas nossa cidade, mas uma redenção, uma liberdade que foi construída em cada passo do projeto aqui descrito, em que percebemos a construção de uma identidade individual de cada aluno que ao conhecer a história de sua cidade e reforçar sua cultura construiu sua própria redenção onde cresceu no seu letramento através de reflexões, desenhos, produções, apresentações teatrais, entrevistas, pode conhecer diferentes culturas quando nos reportamos a conhecer em nosso projeto um pouco da cultura afro brasileira e principalmente foi alicerçado um respeito ao outro e a todos que aqui, em nossa cidade, chegaram e estão chegando para crescer academicamente mas acima de tudo, ser respeitado e crescer mutuamente.

Percebo ao final deste projeto minha redenção enquanto gestora e educadora em que através de um olhar num cenário educacional que estava gritando para ser descoberto o quanto aprendemos com cada traçado, cada letra, cada olhar, cada aprendizado de nossos estudantes que com certeza foram e são multiplicadores do respeito que aprenderam não só nos conhecendo através de nosso passado mas reafirmando nossa identidade e valores do presente.

Espero ter contribuído com este trabalho para que possam repensar o ensinar história e acima de tudo que projetos realizados e desenvolvidos em nossas escolas tenham caráter reflexivos e significativos na vida de toda nossa comunidade impactando uma realidade que a cada dia precisa ser modificada sem preconceitos e acima de tudo que valoriza as diferenças.

Assim a partir deste trabalho que novos estudos sejam realizados e que uma formação mais específica desta Lei seja política educacional em nosso município para que assim, quem sabe um dia, sejamos realmente referência como uma Cidade Libertadora não só de escravidão mas também de velhos paradigmas de educação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Anna Emília Maciel. **Descobrimos e construindo Redenção**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **LEI Nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Brasília: Ministério da Educação. 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação para temas transversais: pluralidade cultural**. Brasília (DF): MEC, 1997.

_____. **Parecer nº CNE/ CP 003/2004 de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

_____. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRODBECK, Marta de Souza Lima. **O ensino de História : um processo de construção permanente** – Curitiba : Módulo Editora, 2009.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2003.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ECA, 1990.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2005.

MUSEU HISTÓRICO E MEMORIAL DA LIBERDADE: Pesquisas, 2010.

OLIVEIRA, C. O que eles já sabem? Nova Escola. São Paulo: Abril, n.210, p. 98-99, mar. 2008.

PROJETO AS CORES DE REDENÇÃO, SME. Redenção, 2009.

PROJETO ROSAL DA LIBERDADE, SME. Redenção, 2013.

SANTOS. José Luiz dos. **O que é cultura**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILV A, Edilson Marques da. **Negritude e Fé: o resgate da auto-estima**. Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo: Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

APÊNDICES

1. HINO DE REDENÇÃO

Autor: Vital Bizarria

Música: Monsenhor Mourão

Redenção, o teu nome na história
É luzeiro de etéreo fulgor
Faz lembrar tão brilhante vitória
Que nos enche de orgulho e de amor

Quando a pátria gentil de Iracema
Quis seus filhos cativos livrar
Tu tiveste esta glória suprema
Do primeiro grilhão rebentar

De teu solo se ergueu sobranceiro
Um punhado invencível de heróis
Desprendendo este brado altaneiro
“ Não queremos escravos entre nós”

Este gesto sublime, imponente
Noutros peitos a chama ativou
A senzala fugiu de repente
O martírio em prazer se tornou
Nossa aurora num vasto horizonte
Protetora e fagueira surgiu
Na cidade, na aldeia e no monte
Tudo em flores e festas sorriu

Salve, oh! Pátria, torrão adorado
Que os escravos quiseste remir
Relembrando o teu belo passado
Temos hoje mais fé no porvir. (bis)

3. EXPOSIÇÃO DE ARTES E CULTURAS DE NOSSA CIDADE (I EXPOART) – PARTICIPAÇÃO DE MAIS DE 1.200 ALUNOS DAS ESCOLAS DR. EDMILSON BARROS DE OLIVEIRA E ANEXO PROFESSORA MARIA AUGUSTA RUSSO E ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL MARIA DAS GRAÇAS ARAÚJO COM VISITAÇÃO A SALAS TEMÁTICAS POR TODA COMUNIDADE ESCOLAR CONHECENDO A HISTÓRIA DE NOSSA CIDADE E O PASSADO DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE.





4.MOMENTO CIVICO ACONTECE SEMANALMENTE NO PÁTIO DA ESCOLA COM TEMÁTICAS DE VALORES E HINO DO MUNICIPIO, ESTADO E NACIONAL:



5. VISITA DOS ALUNOS AO MUSEU SENZALA EM REDENÇÃO







6.PROJETO DESENVOLVIDO NA ESCOLA NO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA QUE RETRATOU COSTUMES E TRADIÇÕES AFRO BARSILEIRAS CONTANDO INCLUSIVE COM A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DA UNILAB ONDE FORAM ENTREVISTADOS PELOS ALUNOS:





7.PONTOS TURISTICOS DE NOSSA CIDADE REDENÇÃO:



CACHOEIRA DE PARACUPEBA (DISTRITO DE BARRA NOVA)



MONUMENTO NEGRA NUA (ENTRADA DA CIDADE)



IGREJA DE SANTA RITA DE CÁSSIA (CENTRO DA CIDADE)



AÇUDE ACARAPE DO MEIO (LOCALIZADO ENTRE AS SERRAS DE BARRA NOVA E BRENHA)



VISTA DO MUNICIPIO DE REDENÇÃO



IGREJA MATRIZ DE REDENÇÃO



BALNEÁRIO LARGES LAZER





PRAÇA DO OBELISCO (CENTRO DA CIDADE)



COLÔNIA EM ANTONIO DIOGO

8. DESENHOS DOS ALUNOS REALIZADOS EM SALA DE AULA FORTALECENDO A IDENTIDADE E DIALOGANDO SOBRE A HISTÓRIA DE VIDA DE CADA UM E COMO ELES VÊM A CIDADE EM QUE MORAM:

WILLIAM

GOE

LEWIS



WILLIAM
GOE
LEWIS





